



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

REQUERIMENTO Nº , DE 2012
(do Sr. Fernando Francishcini)

Requer informações ao Ministro de Estado da Educação dos repasses feitos via PNAE/FNDE aos municípios que especifica.

Senhor Presidente,

Com base no art. 50, § 2º, da Carta Magna e do art. 226, II cumulado com o art. 115, I e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvida a Mesa, que sejam requeridas informações ao Ministro de Estado da Educação dos repasses feitos via PNAE/FNDE no período de 2006 a 2012 municípios abaixo relacionadas:

- 1 – Araucária
- 1 – Castro
- 2 – Colombo
- 3 – Curitiba
- 4 – Londrina
- 5 – Pinhais
- 6 – São José dos Pinhais

JUSTIFICAÇÃO

Segundo denúncias veiculadas em diversos meios de comunicação, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná irá investigar contratos



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

assinados por alguns municípios na área de fornecimento de merenda escolar. Segundo notícia que consta do portal G1, publicada em 17/04/2012, uma das empresas investigadas, já foi inclusive denunciada pelo Ministério Público do Estado, onde teria cometido crimes contra a administração pública. Veja abaixo a íntegra da matéria:

17/04/2012 10h10 - Atualizado em 17/04/2012 10h11

TC-PR levanta suspeitas em contratos para compra de merenda escolar ***Contratos de sete cidades serão investigados pelos técnicos do Tribunal.*** ***Há indícios de superfaturamento e pagamento de propina.***

Do G1 PR

Comente agora

O Tribunal de Contas (TC) do Estado do Paraná divulgou na segunda-feira (16) que vai investigar os contratos assinados pelas prefeituras de [Curitiba](#), [Londrina](#), [Araucária](#), Castro, Colombo, Paraná, [Pinhais](#) e [São José dos Pinhais](#) para aquisição de merenda escolar. De acordo com o TC há indícios de que as duas empresas que venceram a licitação - que também já foram denunciadas por pelo Ministério Público (MP) de São Paulo – tenham superfaturado contratados.

[Uma dessas empresas já foi denunciada pelo MP do Paraná](#), que afirmou que foram verificados crimes contra a administração pública (como fraude em licitação e corrupção ativa e passiva), prática de formação de cartel e lavagem de ativos e de atos de improbidade administrativa em uma concorrência pública para oferecer alimentação para os estudantes da rede municipal de Londrina.

Uma das empresas suspeitas recebeu R\$ 666 milhões da prefeitura de Curitiba

Existe ainda a suspeita de oferta de propina para agente públicos e políticos. Inclusive, na casa do diretor financeiro de uma das empresas, os promotores apreenderam comprovantes de depósitos bancários em nome de familiares de um prefeito paranaense. O Tribunal vai solicitar informações ao MP de São Paulo, que apontou que além daquele estado e do Paraná, as mesmas irregularidades podem ter ocorrido no [Rio Grande do Sul](#), Maranhão e [Minas Gerais](#).

No caso de Curitiba, por exemplo, juntas as empresas suspeitas receberam R\$ 678 milhões, sendo que uma delas recebeu sozinha R\$ 666 milhões.

O município de [Paranaguá](#) possui contratos com as empresas desde 2006 e já pagou a elas R\$ 343,1 milhões. Londrina possui, desde 2006,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

contratos pagos no valor de R\$ 57,7 milhões. São José dos Pinhais, de 2006 a 2009, gastou R\$ 66,2 milhões. Castro já pagou R\$ 15,3 milhões a uma das organizações, de 2005 a 2009. Da Prefeitura de Colombo, a mesma empresa recebeu R\$ 4,1 milhões e Pinhais pagou, em 2002, R\$ 182 mil.

O jornal Gazeta do Povo também publicou em seu site dia 17/04/2012 matéria sobre o caso em comento, conforme se vê na íntegra abaixo:

TCE investigará contratos de merenda escolar no PR

Duas empresas acusadas de fraude em São Paulo forneceram alimentação a sete municípios paranaenses, entre eles Curitiba e Londrina

O Tribunal de Contas do Estado (TCE) vai investigar os contratos firmados por sete prefeituras paranaenses com duas empresas denunciadas pelo Ministério Público (MP) de São Paulo no esquema da chamada “máfia da merenda” – a SP Alimentação e a J. Coan. Ambas são acusadas de fraudar licitações, superfaturar contratos e pagar propinas a políticos e funcionários públicos. Desde 2002, as duas empresas receberam juntas quase R\$ 1,2 bilhão pelo fornecimento de merenda escolar no Paraná.

Os contratos foram feitos com as prefeituras de Curitiba, Londrina, Araucária, Castro, Colombo, Paranaguá, Pinhais e São José dos Pinhais. A prefeitura de Londrina foi a única que informou ainda manter contrato com uma das empresas, a J. Coan. A previsão, segundo a assessoria de imprensa do município, é de que o contrato seja encerrado nesta semana, com a conclusão do novo processo licitatório. A J. Coan é responsável por fornecer mão de obra para o preparo da merenda nas escolas municipais da cidade.

A SP Alimentação atuou em Londrina de novembro de 2006 a janeiro de 2010, quando a atual administração suspendeu o contrato com a empresa. Durante a vigência do contrato, escolas denunciaram a SP Alimentação por armazenar alimentos em condições inadequadas, fornecer carne de qualidade inferior, servir porções reduzidas e entregar maçãs estragadas. Os contratos firmados entre Londrina e as duas empresas somam R\$ 57,7 milhões, segundo informações do Portal da Transparência divulgadas pelo TCE. Em março deste ano, após seis anos de investigações, o MP do Paraná ajuizou uma ação civil pública na 2.^a Vara da Fazenda Pública de Londrina propondo a devolução dos pagamentos realizados em favor de seis empresas – entre elas a SP Alimentação e a J. Coan – acusadas de formação de cartel.

O presidente do TCE, Fernando Augusto Mello Guimarães, informou que o levantamento das informações deve levar cerca de 30 dias –



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

prazo para que o órgão determine um plano de ação para inspecionar como se deram os processos licitatórios e a execução dos contratos. As investigações podem resultar em aplicação de multa aos envolvidos e até em pedido de devolução dos valores dos contratos se forem encontradas irregularidades.

As duas empresas também são acusadas de chefiar um esquema que teria movimentado R\$ 280 milhões em notas frias relacionadas à merenda escolar no estado de São Paulo. As investigações revelaram que o esquema contava com a participação de servidores. Parte da verba dos contratos era entregue como propina a funcionários de 35 prefeituras.

Outrossim, será de suma importância para esta informação que, as prefeituras ali citadas, encaminhem a esta Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFE os extratos simplificados das licitações realizadas naquele período, fazendo constar a empresa vencedora, as empresas participantes do certame, os valores ofertados por cada participante e os valores pagos à empresa vencedora do certame, bem como o nome da autoridade ordenadora das despesas à época.

Pelo retro exposto, a informação ora requerida, consistirá em verificar se houve a utilização de recursos do Governo Federal nas denúncias acima, sendo por tanto de fundamental importância para uma apuração isenta dos fatos aqui narrados.

Sala das Sessões, de de 2012

Deputado FERNANDO FRANCISCHINI
PEN/PR